



Durante 19 meses e 339 sessões, o plenário encarnou todo tipo de emoção: os punhos cerrados para comemorar, os punhos cerrados para agredir e as mãos dadas para a celebração entre Ulysses e as mulheres Constituintes



Festa para um Continente

BRASÍLIA — Todos os Presidentes dos Parlaentos dos países das Américas e de língua portuguesa serão convidados para a solenidade de promulgação da nova Constituição, de acordo com o projeto do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Ele pretende transformar o ato num dos maiores acontecimentos políticos do continente, para

simbolizar a luta dos povos americanos pela democracia.

— O objetivo é promover a integração das Américas — explicou Ulysses, acrescentando que não serão convidadas outras personalidades mundiais por falta de condições logísticas.

Além da sessão solene que será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados — o Presidente José Sarney e o Presidente

do Supremo Tribunal Federal, Raphael Mayer, jurarão cumprir a Constituição —, a Mesa da Constituinte pretende promover uma festa popular no gramado em frente ao Congresso nacional.

O Presidente Ulysses Guimarães quer que todos os que participaram da elaboração da Constituição autografem os exemplares que serão enviados

para a Câmara, para o Senado, para a Presidência da República, para o Supremo Tribunal Federal e para o Arquivo Nacional.

Já está certo que cada constituinte receberá um diploma e uma placa comemorativa — ainda não se sabe se em ouro ou em prata — e que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançará um selo comemorativo. Está sendo estudada ainda a su-

gestão de que também recebam diplomas os funcionários que trabalharam na Constituinte, os jornalistas que cobriram os trabalhos e representantes da Gráfica do Senado, do Prodasen e do Serviço de Taquigrafia.

O Presidente da Constituinte deverá ser o único orador na sessão de promulgação da Constituição. O Cerimonial da Câmara não pretende advertir os

constituintes mas espera que, por se tratar de uma sessão solene, todos compareçam com ternos escuros.

A tribuna de honra do plenário será destinada aos familiares dos Presidentes dos três Poderes, e cada constituinte terá direito a distribuir apenas um convite. A entrada dos convidados será feita pela Esplanada dos Ministérios.

Celso Cunha corrigirá texto final

BRASÍLIA — Uma lei deve ser clara, seu texto conciso e os termos usados com propriedade. Esta é a opinião do professor emérito de literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II, Celso Cunha, de 71 anos. Ele está em Brasília a convite do Deputado Ulysses Guimarães e participará da Comissão de Redação que revisará o texto da nova Constituição antes de sua promulgação.

Membro da Academia Brasileira de Letras, Celso Cunha já conhece o texto aprovado. Ele disse que deverão ser feitas apenas pequenas adaptações de forma, para que a redação final fique a mais precisa possível. Para o professor, no geral o texto aprovado é de boa qualidade e não exigirá um esforço maior para adequação às normas da língua culta.

Cauteloso, Cunha afirma que vai apenas sugerir ajustes aos constituintes membros da Comissão de Redação, com o cuidado de alterar o mínimo possível.

— Vamos levar em conta a atualidade dos termos utilizados, na forma culta da língua — disse o professor.

Celso Cunha participará da revisão dos 462 artigos do texto elaborado pela Comissão Afonso Arinos, nomeada no início do Governo Sarney para preparar um projeto que serviria como base para os trabalhos da Constituinte e que acabou sendo arquivado. Ele foi convidado a trabalhar na revisão do texto da nova Carta há quatro meses. Desde então, vem analisando o que já foi aprovado. Hoje, ele se reunirá pela primeira vez com o Presidente da



Telefoto de Luiz Antônio

O professor fará pequenas alterações, pois acha bom o atual texto da Carta

Constituinte e com o Relator, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Autor da conhecida "Gramática da Língua Portuguesa", editada pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) do Ministério da Educação, Cunha acredita que só o tempo poderá dizer se a nova Constituição está adequada ao momento histórico: — A Carta é muito inovadora. A

experiência dirá se é adequada. É uma Constituição de vanguarda — afirmou.

Também participará da Comissão de Redação — cuidando da adequação jurídica do texto — o jurista José Afonso da Silva, que, desde o início dos trabalhos da Constituinte, vem assessorando a liderança do PMDB.

Revisão levará uma semana

BRASÍLIA — Do mesmo modo que imprimiu velocidade à votação em plenário, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, pretende acelerar os trabalhos finais da Comissão de Redação, que também preside, e marcar a votação global do texto para que a promulgação da nova Carta não ultrapasse o mês de setembro.

A partir do término das votações em segundo turno, o Regimento Interno não fixa prazos para os trabalhos finais. A expectativa, no entanto, é a de que a Comissão de Redação conclua seu trabalho no prazo de uma semana. Isto porque tanto o Relator Bernardo Cabral quanto os Relatores Adjuntos já estão trabalhando, assim como os convidados para tratar da parte jurídica, José Afonso da Silva, e da parte linguística, o professor Celso Cunha.

Concluído o trabalho da Comissão de Redação, as dúvidas serão resolvidas em plenário. Antes, porém, haverá prazo de 24 horas para promulgação. Só depois, então, é que o texto global será submetido à votação, pelo sistema eletrônico — que dará o caráter de referendo dos constituintes ao texto aprovado.

A partir daí, o Presidente Ulysses Guimarães convocará sessões para que os 559 constituintes assinem o texto. Cada um deles deverá dar dez autógrafos, o que demanda tempo. Ele estima que serão necessárias seis sessões para isso.

Congresso bateu recorde de consumo com Constituinte

Nunca o Congresso Nacional foi tão generoso com seus fornecedores como nos últimos dois anos. O trabalho ininterrupto da Constituinte aumentou o número de pessoas em circulação pelos salões do Legislativo e, consequentemente, o material consumido, como café, papel higiênico, toalhas de papel e produtos de limpeza.

Segundo o Diretor Geral da Câmara, Aldemar Sabino, no período de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte foram consumidos 600 quilos de café e 1.200 quilos de açúcar por semana.

Na lanchonete do plenário e no cafezinho do Salão Verde são consumidos nada menos do que três mil cafezinhos e 320 saquinhos de chá por dia. Com o funcionamento ininterrupto da Constituinte, os funcionários foram obrigados a permanecer no prédio no horário do almoço, o que obrigou o Diretor Geral a melhorar a qualidade da comida servida nos três restaurantes e quatro lanchonetes.

A venda de refeições triplicou e chegou a mais de três mil por dia. Para servir o café e as refeições são utilizados cerca de 250 funcionários. A administração desses serviços, antes feita por empresas particulares, passou a ser realizada pela Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (Ascade), sem fins lu-

crativos.

Para o serviço de limpeza dos prédios que formam o conjunto do Congresso Nacional, feito por duas empresas privadas, foram necessários 3.200 litros de detergente e 1.500 litros de desinfetante a cada mês. Nos 500 banheiros, foram consumidos, mensalmente, 640 mil metros de papel higiênico, dois mil rolos de toalhas de papel e dois mil litros de sabonete líquido. Só no Anexo IV, onde está localizada a maioria dos gabinetes dos parlamentares, o consumo superou, mensalmente, 288 mil metros de papel higiênico.

Apesar de a maior parte dos pisos dos prédios do Congresso ser de material lavável ou acartado, a média foi de 800 litros de cera gastos mensalmente. A limpeza de vidros e mesas consumiu 500 litros de álcool por mês.

Com tanto material de limpeza utilizado, os estoques tiveram que ser renovados quinzenalmente, devido à falta de espaço para armazenagem por um período mais longo. Para todo o serviço de limpeza são necessários 478 funcionários.

Diariamente, são gastos 18 mil sacos plásticos de cem litros com a tonelada de lixo — 90 por cento papel — que é retirada do prédio do Congresso, recolhidos todas as noites por um caminhão.



Após 66 mil emendas, o texto final

BRASÍLIA — Para que a nova Constituição ficasse pronta, foram necessários 19 meses, 339 sessões e 2.400 horas, com a apreciação de 66 mil emendas, mais de 15 mil pronunciamentos e cerca de 2,5 milhões de fotocópias. Todo esse material foi analisado, organizado e selecionado pelos assessores diretos do plenário — um batalhão de 500 funcionários.

A organização e direção de tudo ficou por conta do Secretário Geral da Mesa, Paulo Afonso de Oliveira Martins, funcionário da Câmara há mais de 40 anos. Ele ainda é o conselheiro para assuntos relacionados ao Regimento Interno do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Sempre que Ulysses não conseguia resolver uma questão de ordem, pedia a Paulo Afonso munição regimental para desembaraçar a sessão e dar prosseguimento à votação.

Mesmo assim, Paulo Afonso evita dar entrevistas. Mas não se nega a prestar qualquer esclarecimento a quem tiver alguma dúvida sobre os trabalhos da Assembleia. Para ele, o trabalho da Constituinte não foi o mais difícil de sua carreira. O Secretário Geral da Mesa ressalta que no período posterior a 1964 a tensão e a

complexidade eram mais intensas, principalmente depois da decretação do AI-5. Ele considera a Constituinte o coroamento de sua carreira.

Para Paulo Afonso, os trabalhos da Comissão de Sistematização foram os mais complexos, pois envolviam um elemento novo no processo legislativo: as audiências públicas. Além disso, por estar sendo elaborado o primeiro projeto de Constituição, que seria ainda apreciado em plenário, as divergências eram mais intensas.

A coordenação de todas as informações referentes à votação do projeto de Constituição ficou a cargo de Mozart Viana de Paiva. Toda e qualquer informação sobre emendas e suas votações podem ser facilmente obtidas com ele. Para isto, Mozart montou vários grupos de apoio com um total de cerca de cem funcionários. Um grupo classificava as emendas por ordem de artigo e pelo seu objetivo — supressiva, modificativa, aditiva, de redação ou de omissão. Outra turma tratava da recuperação do texto — ou seja, saber o que foi aprovado e rejeitado. Duas pessoas são responsáveis pela elaboração das atas de cada uma das sessões. Na Mesa da Constituinte, duas

funcionárias se destacaram desde os trabalhos da Sistematização até o final do segundo turno: Tasmânia Guerra e Maria Laura. A primeira muniu Paulo Afonso com informações sobre o que deveria ser votado, quais emendas foram prejudicadas por uma votação anterior e o que havia sido retirado. Maria Laura recebia as inscrições para encaminhamento e organizava as emendas por ordem de votação, distribuindo o texto a ser votado para o plenário e para a imprensa.

Talvez por causa de seu nome e pela facilidade de lidar com números, Antônia Memória cronometrava o tempo de votação de cada uma das emendas, desde o começo das votações no primeiro turno. A cronometragem incluiu não apenas as horas e os minutos como também os segundos.

Para o registro dos diversos pronunciamentos e de todo o histórico da Constituinte, o serviço de taquigrafia da Câmara, com 240 funcionários, se uniu ao do Senado, com 50 servidores. Cada um era responsável por um dia de sessão. Nesses 19 meses de trabalho, a Diretora da Taquigrafia da Câmara, Ivete Pinto, teve que dar 70 licenças médicas para os

seus funcionários, a maioria por pneumonia. Mas esta não foi a primeira vez que Ivete acompanhou a elaboração de uma Carta. Em 1967, ela e mais três taquígrafas foram convocadas pela Junta Militar para registrar a preparação da Constituição que está em vigor.

Para a taquigrafia, o trabalho mais difícil foi o registro das discussões nas 24 subcomissões e oito comissões temáticas. Somente nas subcomissões, foram gastas cerca de 980 horas, enquanto nas comissões foram quase 340 horas. Tudo gravado em fitas cassetes, que depois eram transcritas pelos taquígrafos para os anais da Constituinte.

Os cassetes auxiliaram o trabalho, mas não eliminaram a dificuldade de entender as exposições feitas durante as audiências públicas. Índios, crianças, idosos, deficientes físicos, homossexuais, padres, trabalhadores rurais e proprietários de terras, não acostumados a discursos, dificultavam a compreensão do que fora gravado. Nesta etapa — que levou dois meses —, a taquigrafia registrou o equivalente a três anos de notas taquígrafas do Congresso, quando de seu funcionamento normal.